A aplicação de Licenças Ambientais e sua efetividade em face do Desenvolvimento Sustentável

Autor(res)

Eduardo Augusto Gonçalves Dahas
Eniliane Andrade Silva

Categoria do Trabalho

2

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

Com o crescente aumento do desenvolvimento tecnológico e suas consequências, a preservação da biodiversidade tornou-se uma preocupação recorrente e tudo que envolve o Direito Ambiental. Nas últimas décadas, com a crescente urbanização e empreendimentos, a utilização de recursos naturais se torna cada vez mais propulsora, provocando um desenvolvimento econômico, sem a observância ao meio ambiente dificultando sua conservação essencial para o bem-estar das futuras gerações. Diante deste cenário surge então as licenças ambientais, um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente que visa compatibilizar o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental com o intuito de controlar e autorizar atividades que possam causar impacto ao meio ambiente, garantindo que o desenvolvimento econômico ocorra de forma sustentável. No entanto, a burocracia excessiva em seu procedimento, e desafios relacionados a participação social, tem sido um dos seus principais desafios.

Objetivo

O objetivo do presente resumo é analisar os desafios atuais perante a aplicabilidade e eficiência das licenças ambientais, e quais as formas possíveis para a desburocratização e celeridade nos processos de licenciamento, resultando assim em um desenvolvimento sustentável, econômico e preservado.

Material e Métodos

Foram utilizados o método dedutivo argumentativo e a análise bibliográfica, com base em livros, artigos científicos e a legislação vigente. A abordagem permitiu
refletir sobre a relação entre o crescente desenvolvimento econômico, a participação e a mobilidade social como forma de reafirmar o comprometimento com a constituição brasileira e o licenciamento ambiental como instrumento para a real efetivação da sustentabilidade.

Resultados e Discussão

A Revolução Industrial impulsionou o progresso, mas intensificou a degradação ambiental. A partir dos anos 1960, se fortaleceu a conscientização global sobre a
importância do Meio ambiente, surgindo a Educação Ambiental e normas como a NEPA (EUA). No Brasil, a Lei 6.938/81 criou a Política Nacional do Meio Ambiente e
instrumentos como o licenciamento ambiental, essencial para controlar impactos. O licenciamento, segundo o CONAMA, é um processo que avalia atividades potencialmente poluidoras por meio de licenças prévia, de instalação e de operação.
Apesar de fundamental, o processo enfrenta desafios como burocracia, insegurança jurídica e baixa participação social, impactando obras e decisões. O
desenvolvimento sustentável, consolidado na CF/88, exige equilíbrio entre crescimento, proteção ambiental e justiça social para as gerações presentes e
futuras.

Conclusão

O licenciamento ambiental é vital para equilibrar desenvolvimento e proteção ambiental, mas enfrenta desafios como burocracia e baixa participação social. Sua eficácia exige gestão pública transparente, órgãos capacitados, processos ágeis e conscientização popular. Só assim será possível garantir a sustentabilidade e o bem-estar das gerações presentes e futuras, reafirmando o compromisso constitucional de defesa do meio ambiente como direito difuso e essencial à vida.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Artigo 225. Disponível em: https//www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituição/constituição.htm. Acesso em: 18 jul. 2025

BRASIL. Lei nº6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 24 jul.2025.

PEDROSO JUNIOR, Nelson Novaes; SCABIN, Flávia; CRUZ, Julia Cortez da Cunha. Desafios para o aprimoramento da participação pública como instrumento de controle de impactos sociais em processos de licenciamento ambiental de obras e atividades de significativo impacto no Brasil. São Paulo: FGV, out. 2016. Disponível em:https://repositorio.fgv.br/items/23aca654-1568-4ba8-add3-afd52718f7e2. Acesso em: 23 jul. 2025